



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Resoluções da 1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

Desenvolvimento Participativo e Boa Governação
Na Transição Autárquica da Guiné-Bissau

I. ENQUADRAMENTO DA CONFERÊNCIA

Realizou-se a 1ª Conferência Internacional sobre Descentralização na Guiné-Bissau, nos dias 07 e 08 de outubro de 2025, no antigo Hotel Azalai (Dúnia Hotel) em Bissau, para dois dias de trabalho. Esta Conferência intitulada “Descentralização em Ação: Desenvolvimento Participativo e Boa Governação na Transição Autárquica da Guiné-Bissau”, advém da necessidade de se iniciar o processo de descentralização na Guiné-Bissau, para a redução das desigualdades regionais, a diminuição da falta de participação local e a promoção do desenvolvimento local e de uma democracia mais participativa.

A Conferência teve como objetivo geral, promover um espaço de diálogo, partilha de experiências e construção de estratégias para fortalecer a transição autárquica na Guiné-Bissau, com foco na participação cidadã, transparência e boa governação. Foi promovida pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), o Ministério da Administração Territorial e Poder Local através da Direção Geral da Descentralização, juntamente com o Movimento de Jovens Pelas Autarquias Locais na Guiné-Bissau. Cofinanciada pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e pelo PNUD. Contou com a participação de Organizações da Sociedade Civil, Governadores, Embaixadas, Instituições Parceiras, Parceiros internacionais, a Câmara Municipal de S. Salvador do Mundo e a Câmara Municipal de São Domingos, de Cabo Verde, a participação do IST – Instituto Superior Técnico de Lisboa, e com a presença do primeiro-ministro da Guiné-Bissau.

- 1º primeiro-ministro - Braima Camará
- 2º Representante do Sistema das Nações Unidas - Alessandra Casazza
- 3º Instituto Marquês de Valle Flôr - João Cravinho
- 4º Ministro da Indústria de Transformação e Produção do Produto Local em representação do MATPL - Florentino Dias
- 5º Representante da Embaixada de Portugal – André Almeida



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

II. PAINEL DE ABERTURA

Sessão de abertura

Boas-vindas

Intervenções de:

1. Instituto Marquês de Valle Flôr

João Cravinho - IMVF

2. Sistema das Nações Unidas / PNUD

Representante

4. Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau

André Almeida – Encarregado de Negócios a.i.

Braima Camará - Primeiro-Ministro

5. Governo da Guiné-Bissau

Apresentação do contexto da
descentralização na Guiné-Bissau

Ministro do MATPL – Ministério da
Administração Territorial e Poder Local

A sessão de abertura começou com a intervenção de *João Cravinho*, em representação do *Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)*, que durante a sua apresentação agradeceu a todos pela presença e a participação de várias entidades guineenses no processo da auscultação mútua de liberação e discussão da história, e da perspetiva futura da descentralização na Guiné-Bissau. A descentralização deve nascer de um processo inclusivo, envolvendo governo, instituições e sociedade civil, com escuta mútua e participação efetiva. Sublinha que o debate sobre descentralização é uma oportunidade de intervenção cívica, aproximando o Estado dos cidadãos e reforçando a participação da sociedade civil nas decisões públicas e que não há um modelo universal e a Guiné-Bissau precisa de um desenho próprio, ajustado às suas condições históricas, geográficas, culturais e económicas.

Alessandra Casazza, Representante residente do PNUD, afirmou a sua honra de poder participar em momento de reflexão conjunta sobre um tema de importância estratégica para o futuro da GB a descentralização. Destacou que a diversidade regional é uma força, pois a descentralização permite que cada território expresse as suas prioridades e participe de forma contextualizada no desenvolvimento. Este processo melhora a governabilidade democrática, aumenta a confiança pública e reforça o Estado de Direito. E por fim apelou a recursos, competências e transparência, sublinhando que sem estes elementos a descentralização não será sustentável — é preciso vontade política e apoio técnico continuado.

André Almeida, Representante da Embaixada de Portugal, no seu discurso enalteceu que a descentralização pode ser encarada como uma parte integrante de qualquer processo de



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

conscientização democrática e de desenvolvimento sustentável. Portugal tem acompanhado o percurso rumo à descentralização e a criação de um poder local efetivo que aproxima a administração pública aos seus cidadãos e assim promove uma governação mais participativa e inclusiva. A descentralização é componente essencial do amadurecimento democrático e da construção de um Estado moderno e sustentável, Este é uma materialização de compromisso de Portugal com fortalecimento institucional da Guiné-Bissau e com a consolidação das estruturas administrativas sólidas, transparentes e mais próximas das comunidades locais, referindo que Portugal, através do Camões, tem financiado e apoiado tecnicamente a iniciativa de descentralização liderada pelo Governo da Guiné-Bissau.

O Senhor Primeiro-Ministro, no seu discurso, agradeceu a honra de presidir a 1ª Conferência sobre Descentralização desenvolvimento participativo de Boa Governação afirmando ser um evento de grande significado político e institucional no país. No seu discurso reafirmou que a descentralização é o pilar de boa governação, democracia participativa e desenvolvimento equilibrado, defendendo a transferência de competências, recursos e responsabilidades para os níveis locais — para um Estado mais eficiente, transparente e próximo e qualificou a transição autárquica como reforma estrutural que exige coragem, diálogo e visão, sublinhando o alinhamento com as orientações do Presidente da República.

Segundo o 1º Ministro a descentralização é antes de tudo um instrumento de justiça e coesão nacional, porque quando o desenvolvimento chega a todos os cantos de território, reduz as desigualdades e reforça a paz social e consolida-se a unidade nacional, valores que são e continuaram a ser a base do projeto coletivo. E por fim, agradeceu ao MATPL por organizar a Conferência, com o apoio dos parceiros internacionais e das OSC, no sentido de dotar o país de condições necessárias para implementação efetiva da reforma autárquica.

Depois das intervenções foi convidado o Sr. Ministro da Indústria, Transformação e Valorização de Produtos Locais, Florentino Fernando Dias, em representação do Ministro da Administração Territorial e Poder Local, Dr. Aristides Ocante da Silva, apresentando o contexto da descentralização na Guiné-Bissau, sintetizado a sua apresentação em alguns pontos importantes. Começou por apelar à sensibilização para a descentralização e recordou que o país já realizou oito eleições presidenciais e oito legislativas, mas nenhuma autárquica em mais de 30 anos, apesar da previsão constitucional. Explicou que o multipartidarismo dos anos 1990, o conflito de 1998 e a instabilidade política cíclica travaram o ciclo autárquico.

Falou sobre os avanços normativos — Lei Eleitoral Autárquica n.º 4/2018, Código da Administração Autárquica n.º 5/2018, o pacote legislativo de 1995–1997 — e mencionou o Programa Nacional de Descentralização. Evidenciou a questão sobre a mobilização e o



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

consenso entre cidadãos, sociedade civil e autoridades — incluindo o Presidente da República favoráveis à realização das autárquicas. No seu discurso identificou os dois lados da moeda, os desafios e os avanços. Em relação aos desafios sublinhou as limitações de capacidades locais, fraca mobilização de receitas internas (dependência externa) e baixa participação cívica; e em relação aos avanços falou da consolidação do quadro legal, diagnóstico e roteiro da descentralização, criação do Centro de Formação Autárquica (CFA-GB) e preparação das autárquicas em 2026. Concluiu que a descentralização é uma transformação estrutural do Estado, destinada a reforçar a democracia, a governação participativa e o desenvolvimento local; e sublinhou que o sucesso requer vontade política, capacitação institucional e mobilização social.

III. PALESTRA MAGNA

Palestra magna: A importância da descentralização
para o desenvolvimento sustentável

Prof. Miguel Amado - Instituto Superior
Técnico – Lisboa

A intervenção do *Professor Miguel Amado, do Instituto Superior Técnico em Lisboa*, realça a importância de descentralizar as estruturas do poder e da administração pública como meio de promover um desenvolvimento sustentável, capaz de responder às necessidades de hoje sem comprometer as gerações de amanhã. E sublinha que a descentralização surge nesse contexto como um instrumento político e social de proximidade, que permite ao Estado atuar de maneira mais eficaz, conhecendo de perto as realidades locais e respondendo de forma mais rápida e adequada aos problemas das comunidades. Ela não deve ser vista apenas como uma reorganização territorial ou administrativa, mas como um movimento de transformação social, uma nova forma de exercer o poder e de promover a participação democrática. Destacou importância da participação cidadã (para além do voto), a inovação/experimentação local e a eficácia administrativa, o que requer capacidades locais, autonomia com *accountability*, transparência, uso de dados e flexibilidade. Durante a sua explanação apontou a experiência portuguesa (autarquias, órgãos eleitos, prestação de contas) e propôs uma agenda prática: capacitação, transferência de recursos/competências, educação cívica, melhoria de infraestruturas e serviços, dinamização económica/emprego, anticorrupção, integração da diversidade, consolidação do sistema autárquico, segurança/justiça e apoio internacional. Concluiu a sua intervenção reafirmando que a descentralização aumenta a confiança institucional, promove coesão e equidade territorial, ajuda a fixar a população/jovens e reforça

4



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

a resiliência climática — sendo uma transformação do modelo de sociedade rumo a um desenvolvimento democrático e sustentável para todos.

Nesta primeira parte foi convidado o *Presidente da Câmara Municipal de Bissau, José Lobato Medina*, para proferir algumas palavras aos convidados. Falou sobre descentralização do ponto de vista da proximidade e da sustentabilidade. Felicitou o MATPL e o IMVF pela organização do evento e saudou o orador da palestra magna o Prof. Miguel Amado sobre a importância da descentralização para o desenvolvimento sustentável. Na sua intervenção afirmou que a descentralização garante a renovação e a sustentabilidade do desenvolvimento, e defendeu a articulação com países da CPLP e da sub-região para fomentar uma competitividade positiva e defende a necessidade de haver uma competitividade sã entre municípios, sublinhando a necessidade de sensibilizar e criar expectativas para a geração vindoura. Falou da importância que o desenvolvimento local exige vontade e determinação, criatividade e trabalho em parceria com a equipa de funcionários, com iniciativas concretas orientadas ao território. Por fim enfatizou o acompanhamento contínuo das obras para garantir preservação e sustentabilidade e anunciou a intenção de criar um Conselho Consultivo Municipal — envolvendo bancos, representações governamentais, ministérios afins, entidades religiosas, juventudes, entre outros — como órgão de consulta e avaliação das realizações e prioridades.

O debate começou logo de seguida com as contribuições de alguns participantes:

Fara Gomes, da Universidade Colinas de Boé - Manifestou a sua preocupação relacionada com o processo em curso, que pode desenvolver em um conflito iminente de competências, independentemente dos resultados alcançados. A prioridade da Administração Central é mitigar a possibilidade de que a articulação das diversas ações culmine em uma disputa jurisdicional. Torna-se imperativa a mobilização de recursos e esforços orientados para a redução das fricções e a sensibilização das partes, sob pena de ocorrer uma indesejável convergência de conflitos.

José da Costa, da Administração de São Domingos - Região de Cacheu - Colocou as seguintes questões: Gostaria de saber quais são as vantagens e as desvantagens da implementação das autarquias, ou seja, da descentralização. Considerando o contexto nacional, é viável a implementação das autarquias aqui na Guiné-Bissau?

Neccer Lopes, de Plataforma Republicana - Questionou se a implementação das autarquias no nosso país será um processo fácil? A temática das autarquias tem sido recorrente em nosso debate há muito tempo, mas, infelizmente, nunca se concretizou. Neste contexto, gostaríamos de saber quais são as estratégias específicas que o Governo ou as entidades responsáveis



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

pretendem adotar para garantir a concretização e a implementação efetiva da descentralização no nosso país.

Djarga Djau - Reafirma que a descentralização transcende a mera separação de poderes ou a concessão de autonomia às autoridades regionais. Trata-se, sobretudo, da criação de um sistema onde o Poder Central e o Poder Local operam em complementaridade, fomentando a participação ativa, consciente e autónoma das comunidades. A descentralização também é um veículo para a abertura e a circulação de ideias, o que enfraquece o domínio das elites e torna o processo de governação mais inclusivo. Quando as comunidades detêm voz e capacidade decisória, tornam-se aptas a participar na resolução dos seus problemas e a desenvolver soluções adaptadas às suas necessidades. Como poderá ser efetuada, de forma eficaz, a separação de competências entre o Governo Central e as autoridades locais, incluindo as lideranças tradicionais, no contexto específico da Guiné-Bissau?

Benvindo C. Buo, do Projeto Boa governação - Chamou a atenção para o exemplo de Portugal trazido pelo Prof. Miguel Amado, falou das experiências de Cabo Verde no processo da descentralização mostrando que na prática existe a possibilidade de encontrar um equilíbrio entre o avanço progressivo e o respeito pelos princípios da igualdade e da participação democrática

6

Aminata Sila, Governadora da Região de Tombali - Afirma que a descentralização é uma matéria que tem sido objeto de discussão por um período demasiado longo sem que se tenha efetivado a sua implementação prática e a percentagem mais substancial da riqueza gerada deveria reverter para a região, e é por essa razão que considera a descentralização como fundamental. Sabe que a sua implementação não será fácil, mas, se for possível concretizá-la, trará enormes benefícios.

Braima Balde, presidente do Grupo de Ação Local de Gabú - Quais foram os desafios concretos que Portugal enfrentou nos estágios iniciais da implementação das autarquias, para que possamos utilizá-los como um estudo de caso e aprender com essa experiência?

Braima Sisse, da Rede Ambiente - RA_- Como é possível que a nossa democracia e as nossas instituições sejam respeitadas quando a população se torna, progressivamente, mais pobre? Gostaria de solicitar uma reflexão sobre a validade do nosso sistema. Será que o modelo que adotamos para a gestão do Estado representa uma solução viável e benéfica para a nossa nação, ou apenas preserva o *status quo*?

Daiana Gomes, Movimento de Jovens pelas Autarquias - Que tipo de orçamentos financeiros deve ser aplicado nas autarquias?



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Sandra Nandigna, de WLACO-GB - O tema da descentralização, tal como foi abordado, evidenciou a complexidade da sua implementação, suscitando diversos desafios que foram aqui debatidos. Na conclusão da exposição do Professor, ressaltou a ideia central que emergiu: a descentralização constitui uma questão de estratégia fundamental para o avanço da nação.

IV. PAINEL I: MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DA DESCENTRALIZAÇÃO

Painel I: Marco legal e institucional da descentralização	Moderação: Manuela Lopes Mendes – Procuradora Geral Adjunta
1. Apresentação do quadro legal e institucional da descentralização na GB	Undjon Mango - Diretor Geral da Descentralização Administrativa
2. Experiência de outros países na construção de um marco legal para a descentralização	
Câmara Municipal de S. Salvador do Mundo – Cabo Verde	Ângelo Vaz – Presidente
Câmara Municipal de São Domingos – Cabo Verde	Zuleika Rodrigues – Vereadora
Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares - Portugal	Jorge Brito (online)
Experiência de Moçambique	Nobre Canhangá (online)

7

Undjon Mango, Diretor Geral do MATPL, trouxe uma análise sobre os principais instrumentos legais da descentralização, falou das estruturas institucionais envolvidas, apontou algumas constatações gerais e desafios sobre a descentralização, outro elemento é o marco institucional, apresentou um conjunto de informações relacionado com as instituições e organizações no cumprimento do quadro legal, trouxe algumas leis que rege o sistema, o quadro jurídico na implementação eficaz das políticas públicas. Sublinhou o papel do MATPL na supervisão do funcionamento a política de descentralização. Finaliza a sua intervenção trazendo algumas constatações sobre: a base legal sólida, mas com aplicação limitada; desafios do marco institucional; necessidade de articulação entre poder Central e Local.

Partilhou a informação sobre a criação de um Centro Nacional Autárquica que vai funcionar nos primeiros tempos na ENA sob a tutela do MATPL e posteriormente pela associação nacional dos municípios.



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

E por fim refe que a Guiné-Bissau, dispõe de um marco legal robusto e de estruturas institucionalizadas e o sucesso da descentralização depende de fortalecimento institucional, capacitação técnica, financiamento adequado e articulação efetiva entre níveis de governo, com destaque para iniciativas proativas como o CFA-GB.

Câmara Municipal de São Salvador do Mundo – Cabo Verde, representada pelo presidente da Câmara, Ângelo Vaz, fez uma breve apresentação do quadro legal e algumas leis regente em Cabo Verde, falou das atribuições dos municípios em varias áreas, o que permite o funcionamento da instituição nas suas diversas atividades como a urbanização, o saneamento básico, combate a pobreza , energia, cartografia e cadastro, Promoção de emprego e empreendedorismo, Educação, saúde, transporte intra-municipal, entre outras. Segundo o mesmo o poder municipal em Cabo Verde, goza de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial o permite o avanço e o desenvolvimento em cada cidade, sublinhando a participação de mulheres a sua importância no desenvolvimento de qualquer país. Considera que o papel das mulheres hoje é fundamental e partilhou uma das medidas tomadas em Cabo Verde, para melhorar a questão da participação das mulheres em momentos da tomada de decisão. Neste contexto foi criada a lei de paridade em que nas listas devem configurar no mínimo 40% de cada sexo, ou seja, ambos as representações não podem ultrapassar os valores estipulados pela lei.

8

Câmara Municipal de São Domingos – Cabo Verde, representada pela vereadora Zuleika Rodrigues, que começou a sua intervenção como a frase, Não deixar ninguém para trás, que se reflete quando se refere à questão da descentralização e o seu funcionamento em que nenhuma região e nenhum município deve ficar para trás. E esta frase inspira todo o trabalho realizado a nível das autarquias em Cabo-Verde, permitindo o desenvolvimento igualitário para cada cidade. Partilhou algumas informações relacionadas com o quadro legal e a sua importância para o crescimento dos municípios. Enfatizou a necessidade da descentralização, os objetivos, agilidade e facilidade na tomada de decisões, e na importância das autarquias terem a sua autonomia e poder focar na resolução das necessidades locais. Salientou a importância de investir e capacitar os líderes locais para melhor dar respostas as necessidades exigentes, pois só tendo recursos humanos capacitados e preparados para dar respostas às exigências do desenvolvimento local. É fundamental criar condições para depois avançar para o desenvolvimento. Apresentou algumas atividades desenvolvidas pelo município com jovens e mulheres que ajuda na promoção e desenvolvimento local. Finalizou reafirmando que a descentralização constrói o futuro, deve ser sustentável e deve permitir que mulheres, jovens e toda a comunidade sejam os protagonistas do desenvolvimento.



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

V. PAINEL II: FINANCIAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local	Moderação: Aissa Regala de Barros – Diretora Geral IBAP
1. Mecanismos de financiamento da descentralização na Guiné-Bissau	Alfredo Handem
2. Boas práticas na gestão do desenvolvimento local	
Projeto No Misti Desenvolvimento Local (UN-Habitat / União Europeia)	Edinilson Silva / Ana Paula Debastiani
Projeto Boa Governação (IMVF / União Europeia / IC)	Racinele Silva – Coordenadora do Boa Governação
Projeto LED (PNUD)	Alfonso Lopes – Diretor Regional do Plano e Estatística de Cacheu

Após a contextualização guineense em traços gerais, apresentou definições centrais da descentralização e o poder local, assim como a rutura cidade-campo e, explicou da necessidade do porquê a descentralização.

9

No que toca ao mecanismo de financiamento, elencou a seguintes formas de financiamento de autarquias locais:

1. Transferências do Governo Central: divididas em transferências correntes, transferências de capital e transferências autónomas.
2. Receitas Próprias Locais: que são os impostos locais, as taxas de mercado, turísticas, serviços, as multas administrativas ou ambientais.
3. Financiamento Externo e Cooperação Internacional: Apoio de ONGs, “joint ventures” com câmaras municipais, os Projetos com a CEDEAO, BAD, FAO, PNUD, Banco Mundial, EU, outros.
4. Empréstimos e Créditos: conceder os empréstimos e créditos para grandes investimentos, com amortização a longo prazo desde que esteja prevista na lei.
5. Parcerias Público-Privadas (PPP): Colaboração com setor privado para infraestruturas e serviços.

E elencou também os riscos e desafios:



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

- Dependência excessiva do governo central
- Baixa capacidade de arrecadação local
- Economia informal dominante
- Resistência à transparência e prestação de contas
- Corrupção e paternalismo
- Pouca liderança, cultura de patrão

Concluiu que, a descentralização, quando bem implementada, não é apenas uma reforma administrativa, mas uma ferramenta poderosa de transformação social e económica. Ela aproxima o Estado do cidadão e cria as bases para um desenvolvimento mais justo, participativo e sustentável. Em jeito de recomendação: propõe um estudo exaustivo sobre as potencialidades de cada região (uma espécie de SWOT ou FOFA institucional), não só do ponto de vista económico e financeiro, mas também ambiental, demográfico sociológico, cultural, geográfico, outros, para que se possa partir de bases mais sólidas para a descentralização. As boas decisões são sempre baseadas nas boas informações e na capacidade de antecipar e prevenir riscos e ameaças.

Para terminar, deixou as seguintes questões por debater:

- Será que no estado atual da evolução socioeconómica e política, a Guiné-Bissau está pronta para a implementação da descentralização que garanta a arrecadação de receitas suficientes para fazer funcionar o poder local (as Câmaras e as freguesias)?
- Descentralização: Uma Prioridade ou Uma Necessidade?

10

Isa da Costa, da UN-Habitat, apresentou uma proposta de boas práticas na gestão do desenvolvimento do desenvolvimento local, o projeto Nô Misti Disenvolvimento Local (NMDL). O objetivo geral do projeto é fortalecer a governança urbana e o acesso a serviços básicos para um desenvolvimento local inclusivo e resiliente, atuando nas cidades de Bissau, Bolama, Buba, Gabú, Mansoa e São Domingos. Com 3 grandes resultados esperados: Mecanismos de desenvolvimento de políticas e de monitoração urbana são estabelecidos; Capacidades institucionais dos atores a nível municipal/local são estabelecidos; Ações-pilotos em seis cidades são realizadas para melhorar os espaços públicos e a prestação de serviços municipais/loais. Apresentou o Programa Nacional de Capacitação em Planeamento e Gestão Urbanas - Cidadi Ku Nô Misti com o Objetivo de fortalecer capacidades institucionais, estruturais e regulatórias, visando um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável. Mencionou a Reabilitação de Edifícios e Entrega de Equipamentos neste caso, Reabilitações em edifícios administrativos de São Domingos, Mansoa, Buba e Gabu, Entrega de equipamentos e mobiliário para fortalecer a gestão pública. Elencou as Intervenções Físicas e



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Infraestrutura Urbana, tais como a gestão de resíduos, espaços públicos, energia, infraestruturas (rampas e reabilitação de prédios), abertura de ruas e acesso à água em algumas cidades beneficiárias do projeto. Em jeito de conclusão, O Projeto Nô Misti Desinvolvimentu Local consolida boas práticas em: Governança participativa; Planeamento urbano inclusivo; Fortalecimento institucional e Engajamento comunitário.

Racinela Silva, Projeto Boa governação e desenvolvimento na Guiné-Bissau do IMVF, sublinhou que a descentralização é um processo político e administrativo que visa aproximar o estado aos cidadãos, um caminho essencial para garantir que as decisões sobre os assuntos locais sejam tomadas o mais próximo possível das populações que são diretamente afetadas por elas. E que a Guiné-Bissau, onde as assimetrias regionais persistem e o acesso aos serviços públicos continua desigual, a descentralização representa uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento regional. Fez uma breve apresentação do Projeto [Boa governação e desenvolvimento na Guiné-Bissau](#) e sublinha que esta ação segue o roteiro da UE para o compromisso com a Sociedade Civil no país, destacando a questão da participação, transparência, prestação de contas e a apropriação comunitária, com uma forte componente virada para o fortalecimento da liderança feminina e jovem, garantindo a informação de qualidade que permite uma participação ativa dos cidadãos na implementação e monitoria do desenvolvimento local. Falou da principal atividade do projeto que são os Fundos de Desenvolvimento Locais e apresentou as 7 etapas para a definição e programação do Plano Participativo Local (PPL), que são: djumbai para a definição da metodologia participativa para a identificação das necessidades; elaboração do plano; intercâmbio entre os GAL das 5 cidades; sessões participativas de identificação das necessidades; compilação e priorização das necessidades identificadas; validação pública do plano e submissão do plano ao projeto Boa Governação. Detalhou o plano de investimento participativo para as 5 cidades onde o projeto da Boa Governação está a ser implementado: Bafatá, Gabú, Buba, Bolama e Canchungo. Fez também a apresentação dos portais da transferência de todas as 5 cidades nas quais se está a trabalhar.

11

Concluiu, destacando os seguintes pontos:

1. Os portais são mais do que uma ferramenta, são um compromisso com a gestão pública;
2. Fortalecem a confiança entre cidadãos e instituições, com informação útil e acessível;
3. Valorizam o papel dos gestores de fundos públicos (Grupo de Ação Local - GAL e Autoridades Locais) e dos Órgãos de Comunicação Social (rádios comunitárias) na transparência;



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

4. Introduzem as boas práticas de gestão de fundos públicos que podem inspirar futuras administrações autárquicas ou ao nível nacional;
5. São um ensaio prático de boa governação, com potencial transformador para o futuro da gestão municipal.

Alfonso Sá - Projeto LED, PNUD - Dividiu o conteúdo deste tema em 3 grandes aspetos:

Começou por abordar as boas práticas do Projeto LED, destacando a criação das Instituições de Participação e Consultas Comunitárias - IPCCs; a participação contínua e Inclusão durante todas as fases; Financiamento e apoio técnico à elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável (PEDS); a identificação de cadeias de valor e o alinhamento estratégico entre os níveis comunitário, sectorial, regional, nacional e internacional (PEDS)

De seguida, refletiu como se pode usar as experiências do projeto LED para criar mecanismos eficazes de governação local no quadro da transição autárquica da Guiné-Bissau: elencou no sentido de Institucionalizar a participação; Planeamento municipal baseado nos PEDS existentes; Modelos de gestão adaptativa por cadeias de valor; Mecanismos de financiamento local orientados por PEDS/PDM; Gestão participativa do orçamento

Por fim, indicou recomendações práticas sobre ações imediatas após a transição autárquica: Formalização das IPCCs como Conselho Municipal de Desenvolvimento; Revisão e adaptação dos PEDS ao formato do Plano de Desenvolvimento Municipal; Criação da Unidade Técnica de Desenvolvimento Local (UTDL); Criação do Fundo Municipal de Investimento piloto; Criação da Plataforma de Monitoria Participativa (PMP).

12

No final a moderadora fez um breve resumo do painel:

1. Criar um Fundo de Financiamento Municipal

Considerando as boas práticas da sub-região, recomenda-se a criação de um Fundo de Financiamento Municipal ou Local com uma repartição percentual clara e transparente, de modo a garantir a justiça na transferência de recursos entre o Governo Central e as autoridades locais.

2. Promover um debate nacional sobre a descentralização

É essencial alargar o debate público sobre o processo de descentralização, assegurando que os cidadãos compreendam os seus objetivos, etapas e implicações, promovendo assim uma adesão informada e participativa.

3. Reforçar a coordenação interinstitucional



Reforçar a coordenação entre todos os atores envolvidos. Governo Central, administrações locais, sociedade civil, comunidades, setor privado e parceiros de desenvolvimento, para garantir uma implementação eficaz da descentralização.

4. Construir progressivamente o processo de descentralização

Reconhecer que a descentralização é um processo contínuo e progressivo, que deve ser iniciado com base em metas realistas e ajustado de acordo com as capacidades institucionais. Deve ser vista como uma necessidade estrutural para o desenvolvimento local, e não apenas como uma prioridade política temporária.

5. Formalizar a economia informal

Desenvolver mecanismos que permitam organizar e formalizar a economia informal, integrando-a nas dinâmicas locais de desenvolvimento.

6. Capitalizar as experiências e boas práticas

Documentar e divulgar as experiências positivas e boas práticas dos projetos de desenvolvimento local já implementados, de modo a facilitar a transferência de competências e a evitar a dispersão de esforços.

7. Promover a aprendizagem contínua e fortalecimento institucional

A descentralização e a governação local devem ser vistas como um processo de aprendizagem contínuo, implicando reforço de capacidades técnicas, administrativas e de liderança nas futuras autarquias.

8. Continuar a promoção da participação cidadã

Garantir a participação efetiva dos cidadãos no planeamento, execução e monitorização das ações de desenvolvimento local, assegurando transparência e responsabilização social.

9. Reforçar as estruturas regionais de planeamento

Fortalecer as estruturas regionais, através da criação de delegações de planeamento em cada região, com competências para apoiar a elaboração, execução e monitorização dos planos de desenvolvimento local.

10. Elaborar um roteiro nacional para a descentralização

Desenvolver um roteiro que defina as etapas, responsabilidades, metas e indicadores do processo de descentralização.

11. Diversificar das fontes de financiamento local

13



Identificar e mobilizar as fontes de financiamento para o desenvolvimento local, incluindo: Transferências do governo central; Impostos e taxas locais; Cooperação internacional; Projetos de desenvolvimento e exploração mineira; Geminações municipais; Iniciativas de financiamento inovador, como BRICS e parcerias Sul-Sul.

12. Criar sinergias entre projetos e políticas públicas

Reforçar a articulação e integração entre os diferentes projetos e programas de desenvolvimento local, assegurando alinhamento com as políticas públicas nacionais e maximizar o impacto das intervenções no território.

VI. PAINEL III: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da Sociedade Civil	Moderação: Alfredo Maria Gomes - Chefe de Gabinete do MATPL
1. Papel da sociedade civil na promoção da descentralização	Rui Jorge Semedo – Investigador Associado do INEP
2. Experiências de fortalecimento da sociedade civil	
Convenção Cidadã	Magda Correia
Plataforma Política das Mulheres	Silvina Tavares
Sociedade Civil de Moçambique	Wild do Rosário

14

Rui Jorge Semedo, Investigador Associado do INEP - Começou por apresentar a democracia e suas premissas, referindo que todos os cidadãos têm o direito de participar livremente nas organizações, tanto políticos assim como das sociedades Cívicas e religiosas.

Mencionou a existência de Contestação tanto na Políticas públicas; Relação com instituições públicas e privadas; Desigualdade de direitos e oportunidades e; Violação do Estado de Direito Democrático.

Falou da necessidade do cumprimento e estabilidade do ciclo democrático (eleições presidenciais, legislativas e autárquicas).

Elencou formas de prestação de contas: controlo social, conexão entre governantes e governados, valorização de diferentes grupos e atores sociais, promoção de cultura de



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

responsabilização de governantes, incentivo n transparência na gestão da coisa-pública e promoção de boa-governança.

Falou ainda do fortalecimento de participação das Organizações da Sociedade Civil versus ODS.

Elencou o seguinte papel das OSC na promoção da descentralização:

1. Participar na elaboração e divulgação do quadro legal favorável;
2. Acompanhar e monitorar a implementação das legislações;
3. Acompanhar o processo de gestão de democratização da administração pública municipais;
4. Desenvolver trabalhos de mobilização social cidadã;
5. Contribuir na divulgação das dinâmicas e serviços que a descentralização pode oferecer aos munícipes e;
6. Promover parcerias e intercâmbios.

Apresentou alguns benefícios da organização da sociedade civil, na medida em que serve de Reforço de nível de confiança entre governantes e governados; Aumento de nível de transparência na gestão da coisa-pública; Cultura de prestação de contas e responsabilização política e administrativa reconhecível.

15

Magda Correia, da Convenção Cidadã - Iniciou a sua apresentação, efetuando um enquadramento geral, definindo a Convenção Cidadã como uma iniciativa concebida por um grupo de aproximadamente 30 organizações da Sociedade Civil (OSC) da Guiné-Bissau, com o intuito de promover o envolvimento cívico na elaboração, implementação e monitorização de políticas públicas, através de uma abordagem participativa, inclusiva e regular das auscultações, pesquisa e análise partilhada no seio da sociedade civil Guineense. Referiu que a 1ª Convenção Cidadã da Guiné-Bissau definiu três grandes prioridades, a saber: A Promoção da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos; A Promoção do Desenvolvimento Sustentável e A Promoção da Cidadania. Conclui chamando atenção que a maioria desse trabalho foi realizado com sucesso graças aos parceiros nacionais e internacionais sobretudo do sistema das Nações Unidas e a União Europeia, através do Projeto da Boa Governança, implementado pelo IMVF.

Finalizou com algumas recomendações:

1. Criação "Comissão Instaladora" para efetivação do 3º ciclo democrático (Autarquias locais);
2. Garantir a aplicabilidade da Lei das Finanças Locais e demais leis autárquicas;
3. Criar e operacionalizar um "Observatório das Autarquias “;



4. Mobilizar atores nacionais e internacionais para financiar e implementar Autarquias Locais;
5. Promover campos de educação cívica sobre Autarquias Locais;
6. Gestão dos bens, património e assuntos da região com diligências e transparência.

Jamel Handem, em representação da PPM - Começou com uma nota prévia sobre as organizações da sociedade civil, na medida em que são em geral criadas por iniciativa livre e voluntária de cidadãos que se juntam para de uma forma organizada defenderem os seus ideais, interesses e necessidades nos mais diversos domínios, económicos, sociais, culturais, religiosos, filosóficos e até políticos. Fez uma breve recapitulação sobre a origem das ONG no país a legislação nacional das OSC. Enalteceu a importância de Advocacia e Pressão Política (Fazer Ouvir a Voz), e do papel importante das OSC neste processo em exigir a Transparência, defender a Descentralização, a Fiscalização social, auditorias e denunciar irregularidades e por fim avaliar resultados. A SC também deve apontar não só a parte negativa, mas apontar para soluções através de Elaboração de Propostas, Mobilização de Conhecimento e Recursos, Cocriação de Políticas Públicas. Apesentou ainda o Papel de Mobilização e Educação Cívica (Capacitar a Comunidade), no sentido de Informar e Esclarecer, Incentivar a Participação, Formar Lideranças Locais.

Por último, apresentou o Papel de Mediação e Diálogo (Construir Pontes), facilitar o Diálogo e Representar os Interesses Locais. Em forma de conclusão, refere a descentralização como uma redistribuição de poder em direção aos cidadãos, sem uma sociedade civil ativa, vigilante e participativa, a descentralização numa transição autárquica corre o risco de se tornar apenas uma mudança de sigla na porta do gabinete, sem melhorias tangíveis na vida das pessoas.

Wild do Rosário, representação da experiência do fortalecimento da Sociedade Civil de Moçambique na descentralização - A sua apresentação teve enfoque em quatro pontos, a participação cidadã onde refere o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisões, planeamento, execução e monitoria das políticas públicas e ações que afetam as suas vidas e comunidades, tendo como os principais componentes, as consultas públicas, orçamentos participativos, conselhos locais ou comités de desenvolvimento, movimentos sociais, associações e ONG e o uso de plataformas digitais; o segundo é o fortalecimento da sociedade civil onde todo o processo de capacitar organizações, redes e cidadãos a exercerem influência nas políticas públicas, fiscalizar a governação e promover direitos.

Trouxe o exemplo de Moçambique para a base legal e institucional, alguns artigos que rege o funcionamento das autarquias, principais mecanismos como conselhos consultivos, órgãos locais do estado e autarquias.



Apresentou um historial do processo progressivo de descentralização em Moçambique, que teve todo o acompanhamento da Sociedade Civil a reforçar o seu papel na promoção da participação cidadã, advocacia e influencias das políticas públicas, monitoria e prestação de contas, fortalecimento institucional e capacitação local, mediação e consolidação da paz.

Apresentou exemplos inspiradores, elencou os seguintes desafios atuais:

- Espaço cívico e liberdade de expressão ainda limitados.
- Dependência de financiamento externo.
- Fraca capacidade institucional em organizações de base.
- Relação tensa entre Governo e algumas OSC – Organizações da Sociedade Civil

Exemplificou as seguintes boas práticas:

- Programas de *small grants* para OSC comunitárias
- Observatórios locais de prestação de contas
- Mentorias e formações em planeamento estratégico
- Encontros regulares entre Governo local, ONG e líderes comunitários

Indicou caminhos para fortalecimento adotados em Moçambique e relevantes para o contexto da Guiné-Bissau, sob forma de recomendações práticas:

- Capacitação contínua — gestão, advocacia, monitoria, comunicação
- Redes e coligações temáticas — voz coletiva e partilha de recursos.
- Diversificação de financiamento — modelos sustentáveis e parcerias locais
- Espaços formais de diálogo — fóruns locais com acompanhamento de políticas públicas
- Proteção de ativistas e do espaço cívico — segurança digital e alianças regionais

Como conclusões:

- A participação cidadã é essencial para a boa governação e desenvolvimento inclusivo
- A sociedade civil moçambicana é diversa, ativa e resiliente
- É necessário consolidar as suas capacidades e ampliar o espaço cívico

As intervenções do debate

Ângelo Vaz, Presidente da Câmara Municipal S. Salvador do Mundo, Ilha de Santiago - fez a sua intervenção falando das experiências de Cabo Verde e nos pontos referentes da descentralização e como tem sido o percurso do país e o funcionamento das autarquias, a metodologia de financiamento e recolha de fundo que sustenta os municípios em várias áreas de que atuam como habitação social, saúde e educação.



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Zuleika Rodrigues, Vereadora da Câmara Municipal São Domingos, Ilha de Santiago - apresenta a satisfação que o tema em debate já possui um carácter estratégico por parte do Governo, sublinha que ainda existe a insegurança relativamente ao sucesso da descentralização, mais que é importante avançar. Trouxe exemplos de Cabo Verde e afirma que as autarquias é um caminho para o desenvolvimento. A Guiné-Bissau enfrenta um dilema entre 'estar pronto' e a necessidade de formalizar o processo. É fundamental reconhecer que a descentralização não é apenas uma prioridade, mas sim uma necessidade estratégica.

Braima Baldé - deixa várias ideias que possam ser exploradas, trouxe o exemplo do projeto A Voz da Nação pela confiança, um projeto de longa duração que contou com a participação de membros de Cabo Verde.

Vladimir Vieira Fernandes, MOPHU/DGOT - A questão central reside no acompanhamento governamental, questiona-se o Governo tem de facto apoiado estas inúmeras iniciativas e projetos que são lançados e que estão a trabalhar a questão da descentralização nas várias vertentes. É fundamental que haja uma iniciativa permanente e sustentada do Estado para implementar a descentralização de forma contínua.

Vanessa Ferreira, ANP - questiona se o país está pronto para dar o passo rumo as autarquias, de começar a olhar para as necessidades que se acumulam ao longo de longos anos e que foram documentadas em diversas ocasiões, mas que nunca foram resolvidas e chama atenção para a realidade que é vivida no país e como as autoridades funcionam e como garantir que a descentralização não se traduza em desvios e corrupção precoce.

José da Costa, Administração de São Domingos, Região de Cacheu - deixa 3 questões para o debate, primeiro o que podemos fazer para que os atuais detentores do poder central aceitem a descentralização e a sua implementação de forma efetiva? Segundo o que falta à Guiné-Bissau para concretizar a criação das autarquias locais? E por fim, por que razão os projetos de desenvolvimento local e de nome de desenvolvimento local apresentam tanta morosidade na sua implementação?

Aminata Sisse - sublinhou a importância da participação das mulheres neste processo e reforçar as questões levantas sobre o papel da mulher no contexto regional na esfera de desenvolvimento.

Benvindo Casimiro, projeto Boa Governança - questionou se o país está preparado para eleger autarcas locais, eleger deputados à Nação e o Presidente da República? E saber o porquê desta disparidade, onde temos condições para eleger a mais alta figura do Estado, mas hesitamos em delegar a escolha de quem irá dirigir as nossas autarquias.

18



Magda Correia, Convenção Cidadã - lança duas questões, a primeira é tendo em conta a administração local, qual é o prazo mínimo que devemos estipular para a duração de um governo ou de um mandato? E a segunda, qual é o algoritmo ou princípio que utilizaremos para garantir a estabilidade necessária?

Seynabu Fagy de Almeida, MATPL - o problema não é a participação ou a vontade dos guineenses. O problema reside, efetivamente, no quadro legal e institucional que temos. Por exemplo, a estratégia de salvação que temos é a da descentralização, um imperativo que já não está a ser devidamente integrado nas políticas de desenvolvimento.

VII. RESULTADO DOS TRABALHOS DE GRUPO

Grupo I	Painel I: Marco legal e institucional da descentralização
	Conclusão: O marco legal é um ponto de partida promissor para a reforma do Estado mais o marco institucional efetivo é dominado pela centralização minando a estabilidade política, a transparência e a eficácia na prestação de descentralização
	Recomendação: A solução é envolver todos os atores políticos, partidos políticos e a sociedade civil de uma forma geral;
	A vontade política e sua materialização
	Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local
	Conclusão: Capacidade de mobilização de recursos financeiros e aposta na capacidade dos RH, identificar as fontes de financiamentos instituir uma autonomia financeira responsável
	Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil
	Conclusão: A participação cidadã deve deixar de ser uma mera opção e passa a ser um requisito legal obrigatório e permanente no ciclo de gestão autárquico, garantindo que as estruturas tradicionais, mulheres e jovens no centro das decisões.



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Grupo II	Painel I: Marco legal e institucional da descentralização Recomendações: Reforçar capacidade dos técnicos para implementação do poder local, construir as infraestruturas institucional para suportar autonomia local e criar mecanismos de fiscalização da auditoria e regulamentos claros.
	Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local Recomendações: Elaboração da política pública setoriais
	Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil Recomendações: Reorganização de quadro legal da sociedade civil, formação e capacitação da sociedade civil no processo autárquico e boa governação e implementação de orçamento participativo.
Grupo III	Painel I: Marco legal e institucional da descentralização Conclusão: Conclusão dos pacotes legislativos ligado a descentralização e aplicada
	Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local 1. Identificação de fontes de receita; 2. Aplicação de taxas municipais; 3. Parcerias e geminações entre municípios; 4. Plano de participação local; 5. Gestão transparente criação de uma plataforma para os efeitos de fiscalização e prestação de contas na gestão dos fundos; 6. Criação de fundo de financiamento municipal.
	Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil 1. Plano de participação local envolvendo líderes de opinião, sociedade civil, ONG e outras forças vivas locais (encorajando a participação das mulheres e jovens; 2. Reforçar as capacidades das organizações rurais.



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Grupo IV

Painel I: Marco legal e institucional da descentralização

Conclusão: concluímos que a existência de leis, mas carece de cumprimento escrupuloso do mesmo pelo marco institucional na implementação da descentralização;

Recomendações: revisão do marco legal pelo poder central e consequentemente a sua provação pelo poder legislativo

Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local

Conclusão: Financiamento e uma boa gestão favorece o desenvolvimento local

Recomendação: Gestão racional do financiamento local

Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil

Conclusão: Fraca participação do cidadão no fortalecimento da sociedade civil

Recomendações: a consolidação sistemática do cidadão no processo de fortalecimento da sociedade civil

Grupo V

Painel I: Marco legal e institucional da descentralização

Revisão das leis existentes

Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local

- O governo local deve ser responsável pela gestão de fundo de desenvolvimento local
- A nível central deve apoiar o governo regional

Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil

Conclusão: Sociedade civil tem um papel muito fundamental na participação no governo regional

Recomendações: o papel da sociedade civil é para sensibilizar as populações nas localidades, ou seja, nas regiões em que residem.

21



1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESCENTRALIZAÇÃO EM AÇÃO

DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E BOA GOVERNAÇÃO
NA TRANSIÇÃO AUTÁRQUICA DA GUINÉ-BISSAU

7 e 8 OUTUBRO 2025 BISSAU

Grupo VI

Painel I: Marco legal e institucional da descentralização

Conclusão: Verificação das dificuldades na implementação de lei

Recomendações: atualização e revisão de leis para descentralização; fortalecimento de instituição; e criação e implementação centros de capacitação no domínio da descentralização

Painel II: Financiamento e gestão do desenvolvimento local

Conclusão: Identificação do fraco financiamento ou inexistência de financiamento local

Recomendações: Elaborar estratégias de parcerias internacionais e arrecadação de receitas de fundos dos recursos naturais.

Painel III: Participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil

Conclusão: Alto índice de analfabetismo

Recomendações: Garantir os direitos fundamentais do cidadão (promover espaços de debate entre cidadãos e governo), reduzir a fraca e limitativa participação da sociedade civil